



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
CENTRO DE CONTROLE INTERNO DA AERONÁUTICA

RELATÓRIO DE AUDITORIA DE GESTÃO Nº 09/2014

UNIDADE JURISDICIONADA: SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA

CÓDIGO SIAFI: 120002

SIGLA: SEFA

PERÍODO DOS EXAMES DE AUDITORIA: 26 A 30 DE MAIO DE 2014

DIRIGENTE MÁXIMO: TENENTE BRIGADEIRO DO AR ANTÔNIO FRANCISCANGELIS NETO

EXERCÍCIO: 2013

PORTARIA CENCIAR Nº 39-T/CENCIAR-1, DE 15 DE ABRIL DE 2014.

PROCESSO Nº 67022.000551/2014-08

I – FINALIDADE DO RELATÓRIO

Informar os resultados alcançados na análise dos aspectos definidos pelo Tribunal de Contas da União, nos termos do Anexo IV da Decisão Normativa nº 132, de 2 de outubro de 2013, de modo a avaliar a gestão do exercício de 2013, e compor o Processo de Contas da Unidade Jurisdicionada.

II – METODOLOGIA DOS EXAMES

Os exames foram realizados “in loco”, por amostragem, na extensão julgada necessária, sobre o Relatório de Gestão produzido pela Unidade Jurisdicionada, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal, tendo sido utilizadas as técnicas de análise documental, de entrevistas, de indagação escrita, de conferência de cálculos e de inspeção física.

Por ocasião da visita da equipe de auditoria, nenhuma restrição foi imposta aos auditores deste Centro quanto ao método ou extensão do trabalho desenvolvido na Unidade Jurisdicionada.



Luane

04
COMANDO DA AERONÁUTICA
Fls. _____
Proc. _____
Rub. _____
CENCIAR

III – RESULTADOS DOS EXAMES DE AVALIAÇÃO DA GESTÃO

Em acordo com o que estabelece o Anexo IV da DN-TCU nº 132/2013, e em face dos exames realizados, foram constatadas as seguintes análises:

1. CONFORMIDADE DAS PEÇAS

A unidade elaborou as peças a ela atribuídas, contemplando os formatos e conteúdos obrigatórios previstos nos normativos do Tribunal de Contas da União, exceto quanto a alguns itens em que foram verificados os seguintes pontos:

- Não observou o previsto na Decisão Normativa-TCU nº 127, de 15 de maio de 2013, quanto à apresentação, na Introdução do Relatório de Gestão, referente ao exercício de 2013, das principais realizações da gestão e principais dificuldades encontradas pela SEFA para o alcance dos objetivos no exercício de referência; e

- O item 10 – Relacionamento com a sociedade não foi informado na Introdução, contrariando o disposto na supracitada DN.

2. RESULTADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS DA GESTÃO

A Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica (SEFA) é um órgão de Direção Setorial (ODS) do Comando da Aeronáutica (COMAER), com a missão de “gerenciar as atividades financeiras, contábeis e patrimoniais, com vistas à aplicação eficiente, eficaz, legal e econômica dos recursos alocados ao Comando da Aeronáutica, contribuindo para o cumprimento da missão da Aeronáutica”. (BRASIL, DCA 19-3/2013, p. 16).

Atualmente, é órgão central dos sistemas de Comércio Exterior (SISCOMAER), e dos sistemas de Contabilidade e de Administração Financeira, ligados aos respectivos sistemas do Executivo, previstos na Lei nº 10.180/2001. Ainda no âmbito da Aeronáutica, a SEFA é a responsável pela normalização e regulação das atividades relativas ao Sistema de Administração de Serviços Gerais (SIASG), este ligado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

O Sistema de Comércio Exterior (SISCOMAER) está regulamentado pela Norma de Sistema do Comando da Aeronáutica NSCA nº 176-1/2011, aprovada pela Portaria nº 593/GC3, 10 de novembro de 2011. O SISCOMAER tem por finalidade integrar e coordenar procedimentos, diretrizes e rotinas, a fim de proporcionar um eficiente funcionamento de todas as atividades relativas a Comércio Exterior sob a responsabilidade do Comando da Aeronáutica.

O Sistema de Contabilidade do Comando da Aeronáutica foi instituído pela Portaria nº 46/GC3, de 15 de janeiro de 2013. A NSCA nº 172-1, aprovada pela Portaria nº 373/GC3, de 24 de março de 2014, dispõe sobre a estrutura, as competências dos elos e funcionamento do sistema. O Sistema de Administração e Serviços Gerais é regulamentado pelo Manual de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do Comando da Aeronáutica - MCA 172-3 (digital), Módulo 16 – Contratos Administrativos. A norma que rege o Sistema de Administração Financeira, ligado ao respectivo sistema do Executivo, previsto na Lei nº 10.180/2001, está em elaboração.

Paralelamente, a SEFA, por meio de sua estrutura, exerce a gestão dos recursos afetos ao Fundo Aeronáutico (FAER). O FAER é um fundo de natureza contábil e uma Unidade Orçamentária específica, destinado a auxiliar o provimento de recursos financeiros para o aparelhamento da Força Aérea Brasileira e para as realizações ou serviços que se façam

[Handwritten signature]

05
COMANDO DA AERONÁUTICA
RES. _____
PR. _____
SA. _____
CONCILIA

necessários, no sentido de assegurar o cumprimento eficiente da missão constitucional da Aeronáutica, conforme disposto no Art. 1º do Decreto-Lei nº 1.252, de 22 de dezembro de 1972.

De acordo com a Sistemática de Planejamento Institucional da Aeronáutica, estabelecida pela Diretriz do Comando da Aeronáutica (DCA) 11-1/2009, o planejamento estratégico da Aeronáutica é da competência do Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER), cujos objetivos estratégicos são por ele definidos e listados no Plano Estratégico da Aeronáutica (PEMAER) que orienta o processo de priorização dos recursos orçamentários, definindo atribuições e responsabilidades.

Nesse contexto, a SEFA, visando ao cumprimento de sua missão, e alinhada ao disposto no PEMAER, elaborou o Plano Setorial da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica PCA 11-18/2012.

Em decorrência do normativo acima enunciado, foram incluídos cinco objetivos setoriais no Programa de Trabalho Anual 2013 da SEFA, a seguir discriminados:

- a) obter recursos orçamentários e financeiros, tomando por base a Proposta Orçamentária do COMAER em cada exercício;
- b) reduzir as não conformidades das Unidades Gestoras nas atividades afetas ao Setor de Economia e Finanças da Aeronáutica;
- c) reduzir o tempo do ciclo de produção, aumentar o escopo e facilitar o acesso às informações gerenciais afetas ao Setor de Economia e Finanças da Aeronáutica, em apoio ao processo decisório;
- d) aumentar a eficácia e a eficiência dos Contratos, Acordos de Compensação, Convênios e instrumentos congêneres celebrados pelas UG do COMAER; e
- e) ampliar as competências e habilidades dos recursos humanos da Aeronáutica nos assuntos afetos ao Setor de Economia e Finanças.

Esses objetivos foram divididos em dezesseis ações denominadas de Projetos de Melhoria.

O alcance dos objetivos setoriais, citados acima, não são de responsabilidade exclusiva de um único setor, permeiam por setores da SEFA, de acordo com os Projetos de Melhoria elencados em cada objetivo setorial. Cita-se, por exemplo, o objetivo setorial “reduzir as não conformidades das Unidades Gestoras nas atividades afetas ao Setor de Economia e Finanças da Aeronáutica” que possui projetos referentes à Subsecretaria de Contabilidade - SUCONT (Implantação de Sistemática Eletrônica de preenchimento e de certificação dos demonstrativos de prestação de contas das UJ Executoras e ODS) e à Subsecretaria de Finanças - SUFIN (Ampliação do escopo do Processo de Controle, Acompanhamento e Projeção de Receitas do FAER).

Conforme relatado na página 18 do Relatório de Gestão referente ao exercício de 2013:

“Em 2013, nove projetos foram concluídos (56,25%), quatro foram parcialmente concluídos (25,00%), com mais de 70% do cronograma executado e três projetos não foram concluídos”.

Os nove Projetos de Melhoria concluídos, estão relacionados a seguir:

- Estruturação formal do Sistema de Contabilidade da Aeronáutica, contemplando o processo dedicado à produção e ao gerenciamento de informações contábeis;
- Estruturação do processo de ações de comunicação estratégica;

Luane

COMANDO DA AERONÁUTICA
FLS. _____
Proc. _____
Rub. _____
SECRETARIA

- Ampliação do escopo do Processo de Controle, Acompanhamento e Projeção de Receitas do FAER;
- Estudo da viabilidade da alteração da forma de descentralização de créditos para as Unidades Gestoras, visando à liberação de pessoal para a execução do processo de acompanhamento da execução orçamentária;
- Implementação do processo de acompanhamento da execução orçamentária;
- Estabelecer rotina para o registro dos atendimentos realizados e Análise Crítica e Desenvolvimento do Projeto SISCOAER (fase);
- Estruturação do processo de gerenciamento de informações de transferências de recursos em sistemas governamentais (fase);
- Atualização da legislação interna do COMAER sobre convênios e instrumentos congêneres (fase); e
- Implantação do processo de estruturação de projetos de parcerias público-privadas para custeio de atividades de interesse do COMAER.

Dos cinco objetivos setoriais listados no RG 2013, dois tiveram seus projetos de melhoria concluídos no exercício:

- Obter recursos orçamentários e financeiros, tomando por base a Proposta Orçamentária do COMAER em cada exercício – dos cinco Projetos de Melhoria ligados a este objetivo setorial, todos foram concluídos; e
- Reduzir o tempo do ciclo de produção, aumentar o escopo e facilitar o acesso às informações gerenciais afetas ao Setor de Economia e Finanças da Aeronáutica, em apoio ao processo decisório - um Projeto de Melhoria totalmente concluído.

Depreende-se, dos percentuais acima informados, que os Projetos de Melhoria atingiram um nível de execução satisfatório. No entanto, não há como perceber, na leitura do Relatório de Gestão 2013 da UJ, o quanto percentualmente foi atingido, em relação a cada objetivo setorial referente ao exercício em exame, tendo em vista que o objetivo setorial possui uma projeção de quatro anos.

A SEFA é responsável pela execução de uma única Ação, a 0284 - Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa, Programa 0906 - Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações). No exercício de 2013, todos os compromissos assumidos e registrados pelo Comando da Aeronáutica junto aos Credores Internacionais, referentes aos contratos de financiamento da dívida externa, foram honrados na sua totalidade. O aporte inicial de recursos importou em R\$ 1.348.470.456,00 (Um bilhão, trezentos e quarenta e oito milhões, quatrocentos e setenta mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais), sendo utilizado nos repagamentos da Dívida Externa o valor R\$ 506.379.702,06 (Quinhentos e seis milhões, trezentos e setenta e nove mil, setecentos e dois reais e seis centavos). A execução desta despesa foi realizada na modalidade de licitação não aplicável. O valor não executado se caracterizou, principalmente, pela não consecução da etapa inicial do Projeto FX-2, em 2013, projeto que trata da aquisição das novas aeronaves de combate da Força Aérea Brasileira, cuja previsão orçamentária foi na ordem de R\$ 730.275.505,14 (setecentos e trinta milhões, duzentos e setenta e cinco mil, quinhentos e cinco reais e quatorze centavos). O empenho referente a este valor foi cancelado no exercício de 2013.

Além disso, cabe ressaltar que a arrecadação das receitas do Fundo Aeronáutico superou em aproximadamente 27% a meta estabelecida, com uma arrecadação total,

Abore

considerada a receita oriunda das tarifas de auxílio à navegação aérea, de R\$ 2.487.444.616,46 (Dois bilhões, quatrocentos e oitenta e sete milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e dezesseis reais e quarenta e seis centavos), contra uma meta de R\$ 1.960.853.904,00 (Hum bilhão, novecentos e sessenta milhões, oitocentos e cinquenta e três mil, novecentos e quatro reais).

Os recursos do FAER permitem contemplar, na Lei Orçamentaria Anual - LOA do exercício seguinte, créditos em programas e ações de interesse do COMAER como, por exemplo, os contemplados em 2013, a seguir discriminados:

Programa: 2055 - Desenvolvimento Produtivo

- 2522 - Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos
- 14TH - Implantação e Modernização de Sistemas Bélicos e Equipamentos
- 20SA - Sistemas Militares da Aeronáutica
- 20XA - Aprestamento da Aeronáutica
- 20XB - Pesquisa, Desenvolvimento e Capacitação no Setor Aeroespacial
- 20XU - Aquisição e Modernização dos Meios da Aeronáutica
- 20XV - Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro – SISCEAB
- 2913 - Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos

Programa: 2108 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa

2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes

Os principais óbices relatados pela UJ na consecução de seus objetivos foram:

- de ordem externa - limitação de recursos orçamentários e financeiros para a contratação do desenvolvimento de soluções de Tecnologia da Informação; e
- de ordem interna - insuficiência de recursos humanos e a perda de conhecimento motivada por movimentações a serviço e por transferência de militares, com muita experiência na SEFA, para a reserva.

Considerando as evidências obtidas no curso dos trabalhos de auditoria e levando-se em conta as informações constantes do Relatório de Gestão da Unidade, constatou-se que os resultados alcançados pela SEFA, no exercício em avaliação, foram considerados bastante satisfatórios.

3. INDICADORES INSTITUCIONAIS

De acordo com o disposto no RG 2013:

“...a Secretaria, por meio dos macroprocessos, busca atingir os seus Objetivos Setoriais, cuja mensuração é realizada por meio de indicadores posicionados nos processos de cada macroprocesso respectivamente”.

Inicialmente é preciso destacar que a SEFA consolidou os processos finalísticos em quatro grandes macroprocessos e os processos de apoio e gerencial em apenas um macroprocesso, respectivamente, os quais são descritos a seguir:

- Macroprocessos Finalísticos:

- Controle da Execução;
- Provimento de Recursos;
- Gestão da Dívida; e



- Suporte às Unidades Gestoras.
- Macroprocesso de Apoio:
 - Macroprocesso de Suporte; e
- Macroprocesso Gerencial:
 - Macroprocesso Gerencial.

Ainda de acordo com o disposto no RG 2013:

“...em 2012 foi realizada uma completa reformulação no ciclo de reuniões da Secretaria, totalmente implementada em 2013, estabelecendo um novo formato para a Reunião Mensal da Administração, que passou a ser dedicada à discussão de aspectos gerenciais dos processos da SEFA, notadamente, informações de caráter gerencial, abrangendo a apresentação mensal dos indicadores relativos aos processos, bem como o controle do andamento dos Projetos de Melhoria de cada setor”.

Em consequência dessa medida, os processos são reavaliados, no mínimo, anualmente, em particular quanto à capacidade de espelhar de modo fidedigno as atividades desenvolvidas na SEFA.

A equipe de auditoria considerou que os macroprocessos/processos apresentados refletem de maneira bem abrangente e pormenorizada o trabalho executado na SEFA e os principais produtos deles decorrentes.

No que se refere a indicadores, cabe mais uma vez destacar texto do RG:

“O desdobramento do planejamento da Secretaria é refletido nas Ações (Projetos de Melhoria), com ênfase em processos e nas atividades que representam a gestão cotidiana ou execução rotineira dos processos. Nesse sentido, a maioria dos processos listados na Cadeia de Valor da Secretaria já tem o seu desempenho monitorado por meio de indicadores, os quais são apresentados e discutidos, por ocasião da Reunião da Administração, com vistas à adoção de medidas de natureza gerencial”.

Nesse contexto, os indicadores instituídos pela SEFA são de aplicação aos processos finalísticos, com o objetivo de mensurar as atividades e tarefas de sua responsabilidade.

Os indicadores institucionais estabelecidos pela SEFA em 2013, em número de dez, estão relacionados a seguir:

1. Conformidade Contábil Nível Balanço Geral da União (BGU)

Objetivo: Identificar o nível de regularidade dos registros contábeis evidenciados pelo Comando da Aeronáutica e Órgãos subordinados (Fundo Aeronáutico e CFIAe), sob responsabilidade da SEFA, como UG Setorial de Contabilidade da Aeronáutica, com base na apreciação da Secretaria do Tesouro Nacional, tendo como parâmetros as equações da transação CONCONTIR, pesquisa de demonstrações contábeis e outras verificações.

2. Conformidade Contábil Nível Unidade Gestora

Objetivo: Identificar o nível de regularidade dos registros contábeis evidenciados pelas Unidades Gestoras do Comando da Aeronáutica e do Fundo Aeronáutico, com base na apreciação da própria SEFA como UG Setorial de Contabilidade, tendo como parâmetros as equações da

chicare



transação CONCONTIR, pesquisa de demonstrações contábeis e roteiros de acompanhamento contábil da SEFA, considerando, ainda, a velocidade de resposta às solicitações de correção de registros efetuadas pela SEFA.

3. Controle da Regularidade de Certidões
Objetivo: Identificar a natureza e a incidência relativa de discrepâncias ensejadoras da não renovação, no exercício, de certidões de regularidade fiscal, previdenciária, trabalhista, junto ao FGTS e ao cadastro de inadimplência do Governo Federal.
4. Índice de Descentralização de Créditos das Ações
Objetivo: Identificar o grau de regularidade na descentralização dos créditos das diversas Ações Orçamentárias.
5. Eficácia da Arrecadação do Fundo Aeronáutico
Objetivo: Acompanhar mensalmente a eficácia da arrecadação dos rendimentos das aplicações financeiras.
6. Índice de Execução Financeira
Objetivo: Identificar o percentual de execução financeira do COMAER.
7. Índice de atendimento das necessidades orçamentárias dos projetos do Programa de Reparelhamento da Força Aérea Brasileira
Objetivo: Evidenciar o percentual de créditos descentralizados para atendimento das necessidades dos projetos do PROFAB.
8. Índice de Pagamento da Dívida Externa
Objetivo: Indicar o percentual de pagamentos de compromissos contratuais externos do COMAER efetuados dentro dos prazos de vencimento previstos.
9. Índice do nível de Execução da Tabela de Cursos do IEFA
Objetivo: Verificar o nível de execução da TCA em termos de horas aula ministradas.
10. Distribuição dos alunos por Comando Aéreo Regional (COMAR) e Órgão de Direção Setorial (ODS)
Objetivo: Verificar o quantitativo de alunos matriculados nos diversos cursos da SEFA que pertencem a um determinado ODS e COMAR.

Em decorrência do projeto de reorganização estratégica da SEFA, iniciado em 2010 e concluído em 2012, a inserção sistematizada de dados necessários à formulação/composição dos indicadores, atualmente em uso pela SEFA, são recentes e, por esse motivo, ainda não possuem uma série histórica confiável para eventuais projeções ao longo do tempo. Seus resultados são apresentados mensalmente na Reunião da Administração. Anualmente são avaliados pelo(s) gestor(es) do próprio setor que o(s) elaborou. As fontes de coleta de dados são diversas, sendo a principal o SIAFI. Destacam-se, também, os portais da Receita Federal,

da Previdência e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. A coleta de dados é realizada por gestores autorizados e ou designados pelo chefe do setor responsável pela atualização das informações necessárias ao cálculo de indicador. Considerando que, em sua maioria, as fontes de consulta advêm de órgãos federais, acessadas via internet, pode-se inferir que são confiáveis, econômicas e de fácil obtenção.

Os indicadores apresentados pela SEFA, de modo geral, permitem o acompanhamento do resultado de suas ações e auxiliam a administração na tomada de decisões.

No entanto, os indicadores constantes do RG não obedecem a um padrão de apresentação, tendo em vista que os de:

1. Conformidade Contábil Nível Balanço Geral da União (BGU) e de Conformidade Contábil Nível Unidade Gestora - informam, no campo "Fórmula de Cálculo", apenas uma das possíveis variáveis da fórmula. Esses indicadores utilizam como parâmetros, para a obtenção do resultado final, as equações da transação CONCONTIR, pesquisa de demonstrações contábeis e outras verificações; incluem, ainda, como fonte para obtenção de dados consultas telefônicas e mensagens-fax recebidas das UG, de modo que a equipe de auditoria considerou de difícil elaboração a fórmula desses indicadores e, em consequência, a compreensão dos resultados pelo leitor comum;
2. Controle da Regularidade de Certidões - o campo "Fórmula de Cálculo" foi preenchido com uma descrição das possíveis variáveis e não está claro se a apuração do resultado será demonstrada percentualmente, como consta no texto referente à apreciação do indicador, elaborado pela UJ;
3. Índice de Descentralização de Créditos das Ações e Índice do Nível de Execução da Tabela de Cursos do IEFA - as variáveis que compõem a Fórmula de Cálculo não estão discriminadas;
4. Eficácia da Arrecadação do Fundo Aeronáutico e Índice de Execução Financeira - falta incluir na fórmula a expressão matemática $\times 100$, a fim de que se possa avaliar percentualmente o resultado obtido;
5. Índice de atendimento das necessidades orçamentárias dos projetos do Programa de Reparcelamento da Força Aérea Brasileira e Índice de Pagamento da Dívida Externa - o campo "Fórmula de Cálculo" foi preenchido com uma descrição das possíveis variáveis e não está claro se a apuração do resultado será demonstrada percentualmente, como consta do texto referente à apreciação do indicador, elaborado pela UJ no RG 2013;
6. Distribuição dos alunos por Comando Aéreo Regional (COMAR) e Órgão de Direção Setorial (ODS) - o campo "Fórmula de Cálculo" foi preenchido com uma descrição das possíveis variáveis; e
7. Conformidade Contábil Nível Balanço Geral da União (BGU), Conformidade Contábil Nível Unidade Gestora e Controle da Regularidade de Certidões - apesar de apresentarem os resultados obtidos, não está claro na informação da UJ as metas a atingir, a fim de que se possa comparar o resultado obtido com o desejado.



4. GESTÃO DE PESSOAS

A força de trabalho da SEFA é composta por 152 servidores efetivos, sendo 05 civis e 147 militares, distribuídos da seguinte forma: 91 da ativa, 05 reconvocados, 28 em serviço militar obrigatório, 10 do quadro complementar de oficiais temporários, 10 contratados por tarefa por tempo certo e 05 civis de carreira.

O efetivo previsto para a Secretaria é, de acordo com a Tabela de Lotação de Pessoal - TLP para a SEFA, de 169 servidores. Se considerados somente os números da TLP (169) com o total do efetivo existente (152), verifica-se um déficit de 17 militares.

Na análise do quadro de Recursos Humanos por faixa etária percebe-se que o efetivo é jovem, 64% possui idade abaixo dos 40 anos. Ressalte-se, porém, que na SEFA o fator determinante para a perda de recursos humanos não é a passagem de militares para a reserva ou a aposentadoria de civis e, sim, a rotatividade do efetivo provocada por cursos de carreira e funções inerentes ao posto e graduação de militares pertencentes ao efetivo.

No que se refere ao nível de escolaridade a maior parte do efetivo, 43,40%, está situada no nível médio; a segunda maior parte, 29,60%, no nível superior, o que permite à equipe de auditoria inferir que o nível de escolaridade do efetivo da SEFA está adequado às exigências de suas atribuições.

Quanto à acumulação indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos, embora o Comando-Geral do Pessoal - COMGEP - seja o responsável pelas políticas referentes ao pessoal da Aeronáutica, a Secretaria de Economia e Finanças adota medidas próprias de controle para evitar esse tipo de ilegalidade. Cita-se, como exemplo, a exigência de declaração, no Requerimento de Prorrogação de Tempo de Serviço Militar, de que o militar não exerce cargo, emprego ou função na Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional, no âmbito Federal, Estadual ou Municipal.

Os registros de pessoal são efetuados através do Sistema de Informações Gerenciais de Pessoal - SIGPES, que é o sistema corporativo do COMAER para a gestão de pessoal militar, e pelo Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE para a gestão de pessoal civil.

Como ação de controle interno são realizados (por uma comissão composta por servidores designados formalmente), cotejamentos mensais do pagamento de pessoal - atividade que consiste na verificação de procedimentos relativos ao pagamento de pessoal como, por exemplo: a comparação do valor recebido pelo militar no mês com o valor médio recebido pelos demais militares do mesmo posto/graduação e a conciliação entre o efetivo constante da folha de pagamento e a relação do efetivo existente na Unidade.

São realizados, também, controle de frequência, de dispensa médica e de férias do efetivo e, periodicamente, atualizadas as informações exigidas na legislação para a concessão dos auxílios transporte e pré-escolar aos beneficiários.

Por ocasião da realização desta auditoria, na análise dos dados quantitativos relativos ao pessoal, foram observadas inconsistências entre as informações do exercício de 2013 e as de 2012, particularmente no Quadro A.5.1.1.1 - Força de Trabalho da UJ.

Foram observadas também inconsistências nas somas dos números dos quadros:

- A.5.1.1.2 - Situações que reduzem a força de trabalho da UJ;
- A.5.1.2.2 - Quantidade de servidores da UJ por faixa etária; e
- A.5.1.2.3 - Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade.

Apesar da deficiência de recursos humanos, registrada no Relatório de Gestão 2013, o efetivo existente (militares e civis) vem atendendo satisfatoriamente às demandas sob a responsabilidade da SEFA.

5. TRANSFERÊNCIAS

A SEFA não realizou, no exercício de 2013, transferências de recursos mediante convênios, contratos de repasse, termos de cooperação e de parceria, bem como transferências a título de subvenções, auxílios ou contribuições.

6. GESTÃO DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

Na estrutura do Comando da Aeronáutica, a SEFA é uma Unidade Gestora Credora (UGCRED) apoiada pelo Grupamento de Apoio de Brasília – GAP-BR e, portanto, não realiza suas próprias aquisições/contratações.

7. PASSIVOS SEM PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

Não foram constatados no exercício de referência.

8. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Inicialmente, cabe ressaltar que a gestão de Tecnologia da Informação da SEFA observa as normas da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), criada pelo Decreto nº 7.069, de 20 de janeiro de 2010, como órgão responsável pela gestão de Tecnologia da Informação no âmbito do COMAER.

De acordo com o organograma apresentado no Regimento Interno da SEFA (RICA 20-2/2013), a área de Tecnologia da Informação está dividida em Assessoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (ASTIC), diretamente subordinada ao dirigente máximo da UJ, e Divisão de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC), subordinada ao Chefe de Gabinete da SEFA.

O Comitê Gestor de Segurança e Tecnologia da Informação e Comunicação (CGSTIC), designado conforme Portaria SEFA Nº 52-T/SCI, de 15 de agosto de 2013, e subordinado à ASTIC, tem por finalidade, dentre outras, alinhar as ações de tecnologia da informação às estratégias da SEFA e, principalmente, analisar as situações que representem ameaças aos processos críticos da SEFA, de modo a identificar o grau de impacto que eventuais situações de riscos possam causar aos processos críticos e à estrutura vital da SEFA, a fim de que medidas preventivas sejam adotadas no sentido de mitigar ou anular as eventuais ameaças.

A ASTIC e a DTIC ocupam a mesma instalação e possuem, juntas, um efetivo de 09 pessoas, sendo 03 pessoas com o curso de Informática, 02 com o curso de Administração, 03 Analistas de Sistema e 01 com o curso de Mestrado em TI.

A área de Tecnologia da Informação conta com 13 servidores, 24 notebooks, 183 computadores e 39 impressoras, distribuídos nos diversos setores da SEFA.

Os principais processos referentes à área de Tecnologia da Informação referem-se ao Monitoramento de Serviço de Rede, Planejamento Bianual da Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) e Monitoramento de Segurança de TIC que envolve todo o complexo de tarefas e atividades relacionadas com o planejamento e suporte de Tecnologia da Informação e Comunicações. Esses processos integram o Macroprocesso de Apoio da UJ.

As atividades desenvolvidas na área da Tecnologia da Informação são voltadas, basicamente, para o suporte às demandas da rotina dos usuários, ao cumprimento do previsto no Programa de Trabalho da SEFA (ICA 19-130) e no Plano de Contingência da SEFA (PCA 14-1). Essas demandas dão origem ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação da SEFA (PCA 7-24), formalmente aprovado e publicado no Boletim do Comando da Aeronáutica 241, de 18 de dezembro de 2012.

As Normas Padrão de Ação, vigentes no exercício de 2013, disciplinam rotinas e responsabilidades referentes a:

- Política de Utilização de Recursos de TI - NPA 03-01/2012;
- Política de Segurança da Informação - NPA 03-02/2013; e
- Ciclo de Backup - NPA 03-03/2012.

Para a avaliação da gestão de TI, a equipe de auditoria considerou que as respostas da UJ, constantes do Quadro A.7.1 Gestão da Tecnologia da Informação, encontram-se adequadas à realidade encontrada, exceto quanto às informações a seguir:

- foram inseridas desnecessariamente, no item 7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI), as instruções de preenchimento do mencionado Quadro A.7.1, emitidas pela Portaria-TCU Nº 175, de 9 de julho de 2013;

- no quesito 4, foi marcado como válido o subitem:

“O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão” ...

No entanto, tal afirmação não condiz com registrado no quesito 8:

*“O Decreto não é aplicável a esta instituição, e a Carta de serviços não será publicada”
(Carta de Serviços ao Cidadão – Decreto 6.932/2009); e*

- não se encontra integrada ao Processo Administrativo de Gestão a documentação que fundamentou as avaliações registradas no quadro A. 7.1 Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada.

9. PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

A SEFA não possui imóveis sob sua responsabilidade patrimonial, assim como não possui imóveis locados de terceiros. A área ocupada pela Unidade pertence a um imóvel cuja gestão administrativa fica a cargo do Grupamento de Apoio de Brasília (GAP-BR). O GAP-BR tem em sua estrutura um setor responsável pela gestão de patrimônio imobiliário que, dentre outras atribuições, trata da regularização, reavaliação, manutenção, conservação e reformas relacionadas aos imóveis sob sua responsabilidade.

10. CONTROLES INTERNOS

A SEFA conta com um ambiente de controle favorável à consecução de seus objetivos institucionais, pois suas estratégias e seus objetivos são estabelecidos, estão identificados, avaliados e geridos, por meio de normativos de abrangência em todas as organizações do COMAER e internos próprios da UJ. Fatores como valores éticos da organização, competência profissional e desenvolvimento de pessoal estão presentes na organização de forma contínua.

A equipe de auditoria pode verificar que os dirigentes da SEFA percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da Unidade e dão adequado suporte ao seu funcionamento. Foram identificadas várias atividades de controle interno, já



mencionadas neste Relatório de Auditoria, e constatou-se a existência de normativos sobre diversos procedimentos de regulamentação interna e de rotinas, denominados Normas Padrão de Ação (NPA).

Por meio das reuniões da Administração, prática adotada nas unidades do COMAER, é avaliado o desempenho das principais atividades da Organização. O processamento da informação é realizado por meio de diversos programas utilizados no COMAER como, por exemplo, o SIGPES para o Pagamento de Pessoal, o SISPAT para o controle de patrimônio móvel e o SIGADAER para a tramitação e elaboração de documentos. São realizados controles físicos dos diversos bens e valores, conforme preconizam várias normas internas e externas ao COMAER e as funções são segregadas, reduzindo o risco de erro ou fraude.

No que se refere à análise de riscos, cabe ao Comitê de Contingência, formalmente designado, a identificação e a avaliação dos processos críticos, bem como os principais riscos/ameaças a que possam estar sujeitos esses processos. Como resultado dessa análise, é elaborado e atualizado anualmente, ou em acordo com as necessidades da UJ, o Plano de Contingência (PCA 14-1/2013) que identifica as ações de contingência necessárias a permitir que, diante de eventos de risco, os processos críticos sejam restabelecidos no menor prazo possível.

A comunicação interna é considerada suficiente e atende aos setores da SEFA em seus diferentes níveis, posto que no COMAER são utilizados diversos tipos de canais de comunicação como, por exemplo: Publicações no Boletim Interno Ostensivo e no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA), mensagens SIAFI, mensagens diretas, correio eletrônico, spark (mensagens instantâneas entre o efetivo), SIGADAER para orientações (documentos formais), e informações disponibilizadas ao público interno do Comando pela INTRAER (*intranet*).

Além dos canais de comunicação comuns ao COMAER, a Unidade possui três eventos, já inclusos em sua rotina, que ocorrem periodicamente e contribuem para garantir uma boa comunicação interna: são as reuniões de Prestação de Contas, da Administração e de todo o efetivo.

O monitoramento contínuo é incorporado à rotina por meio das atividades de controle e as autenticações são realizadas pela Seção de Controle Interno da SEFA.

Em face dos exames realizados e dos esclarecimentos prestados, consideramos satisfatórios os controles internos existentes na SEFA.

No entanto, a equipe de auditoria não identificou, no Processo Administrativo de Gestão referente ao Relatório de Gestão/Prestação de Contas da SEFA 2013, a documentação comprobatória que fundamentou as informações registradas e, principalmente, os graus atribuídos aos quadros:

A.3.2 Avaliação dos Sistemas de Controle Interno; e

A.7.1 Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada.

Além disso, foram registrados indevidamente;

- no item 3.1 Estrutura de Governança que...“A SEFA não mantém estrutura de governança nos moldes exigidos neste Relatório; e

- no item 3.5 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de Governança e efetividade dos controles internos, a utilização indevida da expressão ...” Abordado no item 3.2”, quando, na realidade, o item 3.2 trata de avaliação dos sistemas de controles internos.

11. OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Em relação à Estrutura de Governança cabe destacar que, embora não tenha sido preenchido o “Item Governança”, a SEFA possui uma estrutura de governança bem estruturada e abrangente, conforme se depreende do contido no Relatório de Gestão e do verificado “in loco”, por ocasião da realização dessa auditoria. Cumpre ressaltar, a nível de esclarecimento, o que dispõe o Referencial Básico de Governança (TCU):

“A Governança no setor público compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade”.

Em relação à sustentabilidade ambiental, embora a Unidade tenha registrado em seu RG 2013 que não se aplica à natureza jurídica da UJ, a SEFA vem adotando as suas próprias medidas, haja vista que em atenção à letra “b” da Solicitação de Auditoria 04 – CENCIAR, de 29 maio de 2014, na qual esta equipe de auditoria solicitou informações a respeito das medidas adotadas para a redução de consumo próprio de papel, energia elétrica e água, foi respondido pela UJ que:

“Em relação ao consumo de papel, energia elétrica e água esta OM adotou providências no sentido de racionalização de gastos com papel, toner e manutenção de máquinas impressoras. Foram adquiridas novas impressoras e criadas “ilhas de impressão”, a fim de reduzir a utilização e consumo desses itens. A SEFA vem adotando a prática de inspecionar as instalações, visando constatar possíveis vazamentos e desperdícios de água. A mensagem em anexo (MD 082 /DIE/3583, de 22/05/14 – GAP-BR) reforçou as medidas já adotadas. Saliente-se que o serviço de permanência instituído por esta SEFA prevê a verificação, após o expediente, de lâmpadas e aparelhos ligados.”

IV – RECOMENDAÇÕES GERAIS

1. Autuar ao Processo Administrativo de Gestão, referente ao Relatório de Gestão/Prestação de Contas, toda a documentação comprobatória que fundamenta as informações e, principalmente, os graus atribuídos aos diversos quadros registrados no Relatório de Gestão da SEFA. Quando não for possível autuar ao PAG o(s) documento(s), disponibilizar a fonte de consulta à equipe de auditoria;

2. Informar resumidamente a estrutura de governança utilizada na SEFA;

3. Informar as medidas adotadas pela UJ que estimulem o uso racional de recursos, tais como: a redução do consumo de papel, energia elétrica e água, bem como preencher o Quadro A.8.2 – Consumo de papel, energia elétrica e água (Portaria-TCU Nº 175, de 9 de julho de 2013);

4. Informar, no que se refere a Planejamento da Unidade e Resultados Alcançados, o percentual de conclusão atingido, no exercício, em cada Objetivo Setorial;

5. Acrescentar aos indicadores as respectivas fórmulas, índices e descrição das variáveis, bem como as metas a atingir no exercício;

6. Não incluir no Relatório de Gestão, as instruções de preenchimento emitidas pelo TCU por meio de portarias e outros normativos;

7. Atentar para a coerência dos graus e informações inseridas nos quadros do Relatório de Gestão, em especial, o Quadro A.7.1 Tecnologia da Informação; e

8. Relatar as providências adotadas para o atendimento das recomendações da Auditoria de Gestão, no Relatório de Gestão do exercício de 2014.

V - CONCLUSÃO

Em face do exame realizado, opinamos pela REGULARIDADE da gestão do responsável pela Unidade Jurisdicionada, no exercício de 2013.

Brasília, 31 de julho de 2014.


PAULO NORBERTO PRATES DE OLIVEIRA – Cel Int R/1


ARIANE DE ALMEIDA PEDROSA PITASSI SALES – 1º Ten QCOA CCO

COMANDO DA AERONÁUTICA